

Compromissos de Dilma com educação já são temas de projetos na Câmara

Uma das principais propostas da presidente eleita, Dilma Rousseff, para a educação é o aumento do número de vagas e a interiorização das universidades públicas. Esse tema e vários outros compromissos para o setor anunciados por Dilma em sua campanha já são tratados em diversos projetos em tramitação na Câmara.

Oitenta propostas em análise na Casa autorizam o Poder Executivo a criar universidades ou faculdades em cidades de médio porte no interior do País. A iniciativa é vista pelos congressistas como um estímulo à região em que a nova escola será criada, que pode se tornar um polo de geração de conhecimento.

A deputada **Gorete Pereira (PR-CE)**, por exemplo, defende a criação de universidades em vários municípios cearenses, como Senador Pompeu (PL 5208/09), Brejo Santo (PL 5178/09) e Canindé (PL 4783/09). Os projetos só autorizam que as universidades sejam criadas, já que a criação efetiva desses órgãos é privativa do Executivo, depois do aval legislativo.

Dilma, em sua campanha, também se comprometeu com a instituição de horário integral nas escolas públicas. Outra proposta de campanha relacionada à educação e defendida pela candidata é tema da PEC 134/07, do deputado **Alceni Guerra (DEM-PR)**, que prevê jornada de pelo menos sete

horas diárias no ensino fundamental e no ensino médio. O texto tramita em conjunto com outras duas propostas semelhantes.

Os parlamentares analisam ainda o aumento da jornada do ensino fundamental, prevista no PL 7650/06, do Senado, que tramita em conjunto com outras dez propostas relacionadas. O texto institui período integral no ensino fundamental (antigo 1º grau), com carga horária de oito horas/aula por dia. Além das cinco horas em sala de aula, os estudantes terão tempo para atividades de acompanhamento pedagógico, culturais, recreativas e esportivas.

Creches - A criação de creches para atender às crianças é outra política educacional defendida por Dilma. A proposta é atendida, em parte, pelo PL 574/07, do Senado, que obriga as empresas com mais de 70 empregados a oferecer creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos trabalhadores. A assistência deverá ser prestada desde o nascimento até os cinco anos de idade.

As empresas podem oferecer vagas em creches próprias e conveniadas, ou ainda pagar auxílio-creche mensal acima de dois terços do salário mínimo (atualmente R\$ 340). A proposta já foi aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Educadores esperam continuidade de políticas de Lula para ensino

Educadores esperam que, com a vitória de Dilma Rousseff para a Presidência da República, iniciativas do atual governo tenham continuidade. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e professora da Universidade Federal do Paraná, Andréa Gouveia destaca a importância de o governo seguir tratando a educação a partir do diálogo com a sociedade, como ocorreu, segundo ela, nos últimos oito anos.

"As propostas de Dilma incluem compromissos de ampliação dos investimentos no setor; de expansão da educação superior pública com aumento das vagas; e de incorporação, à agenda nacional, do debate sobre o ensino infantil, que era especificamente municipal", avalia.

O professor emérito da Universidade de Campinas (Unicamp) Dermeval Saviani concorda, mas vê com ressalvas a ênfase no ensino técnico dada durante a campanha: "Isso é positivo na medida em que se articule a formação técnica com a básica de nível médio e que se aprimore a formação profissional. Porém, seria negativo haver excessiva ênfase na profissionalização do ensino médio, que não pode se limitar à formação profissional".



UFMG

Tramitam na Câmara 80 propostas que autorizam o Executivo a criar universidades em cidades de médio porte no interior do País; interiorização é promessa de Dilma Rousseff

Especialistas: futura governante precisará de mais recursos para mudar a saúde

Ao comentar os desafios e as perspectivas da área de saúde no futuro governo de Dilma Rousseff, especialistas ressaltaram a necessidade de ampliação de recursos do setor – apontado por pesquisa do Ibope como principal prioridade dos brasileiros. Dilma acaba de se eleger ancorada em propostas de expansão da rede de assistência por meio de novas práticas que garantam mais acesso, qualidade e humanização dos serviços.

Quanto ao Sistema Único de Saúde (SUS), o programa de governo de Dilma cita a valorização da vigilância sanitária; da cobertura de vacinas; das ações preventivas de doenças; e das

campanhas de incentivo à alimentação saudável. Ele prevê ainda a instalação de mais 500 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), o fortalecimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e a ampliação de programas como o Brasil Sorridente e a Farmácia Popular. Para isso, a presidente eleita vai precisar reforçar o caixa da saúde no Brasil.

E por isso o ex-presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Moisés Goldbaum, aconselha Dilma a mobilizar sua base aliada para aprovar, no Congresso, o PLP 306/08, que regulamenta a Emenda



da 29 e define os investimentos da União, estados e municípios no setor. "Isso não vai resolver todos os problemas, já que há problemas de organização e de gestão, mas esse é o ponto central, neste momento, sobre o qual deveríamos nos debruçar, inclusive para resolver os problemas das Santas Casas e do SUS", ressaltou. A regulamentação da Emenda 29, que garante recursos mínimos para a Saúde, já está pronta para votação na Câmara, mas as negociações travaram por causa da polêmica em torno da Contribuição Social para a Saúde (CSS), o tributo que poderá substituir a extinta CPMF.

Investimentos - O presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz D'Ávila, também atribui ao baixo investimento o atual quadro que Dilma Rousseff vai encontrar na saúde pública brasileira. "Os postos de saúde ainda não atendem preventivamente as demandas da população. Há uma demanda enorme reprimida nas emergências dos hospitais públicos, com o sucateamento da aparelhagem e da própria estrutura física e, também, desmotivação dos médicos. O salário oferecido é muito aquém daquele que os médicos gostariam de receber e revela uma desvalorização do gestor", criticou.